

**Gestão 2020-2022**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3324/2020-PGJ, DE 16.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2285/2020-PGJ, de 30.6.2020, na parte que concedeu ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi o 2º período de férias, que seriam usufruídas no período de 19 a 28.10.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3217/2020-PGJ, DE 8.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, atualmente exercendo o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, 10 (dez) dias de férias remanescentes, sendo 2 (dois) dias referentes ao período aquisitivo 2017/2018 e 8 (oito) dias referentes ao período aquisitivo 2018/2019, que seriam usufruídos no período de 13 a 22.11.2020, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4142/2016).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3281/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2303/2020-PGJ, de 30.6.2020, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho o 1º período de férias, que seriam usufruídas no período de 3 a 12.11.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3282/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 27 e 28.2 e 19 e 20.3.2016, a serem usufruídos nos dias 14, 15 e 16.10.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3289/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 20.10.2020, a Portaria nº 4705/2019-PGJ, de 16.12.2019, que designou a Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes para atuar nos procedimentos extrajudiciais da Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, protocolos, atendimentos, visitas técnicas, GAEP e eventuais outros expedientes de natureza extrajudicial.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3293/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 16.9.2017, a ser usufruído no dia 27.11.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3294/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2017, a ser usufruído no dia 30.11.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3295/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Zona Eleitoral, no período de 27 a 30.11.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e férias compensatórias do titular, Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3307/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Chapadão do Sul, Matheus Macedo Cartapatti, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, nos dias 15 e 16.10.2020, em razão de licença da titular, Fernanda Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3316/2020-PGJ, DE 16.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3087/2020-PGJ, de 30.9.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de outubro de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
14 (18h01min) a 21.10.2020 (7h59min)	5ª	Luciano Bordignon Conte	99603-9203

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
14 (18h01min) a 21.10.2020 (7h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99603-9203

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3318/2020-PGJ, DE 16.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3196/2020-PGJ, de 7.10.2020, publicada no DOMP nº 2305, de 13.10.2020, que concedeu à Promotora de Justiça Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, de forma que, onde consta: “referente ao período aquisitivo de 2018/2019”, para que passe a constar: “referente ao período aquisitivo de 2019/2020”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3321/2020-PGJ, DE 16.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Costa Rica, George Cassio Tiosso Abbud, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 6 a 25.10.2020, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3323/2020-PGJ, DE 16.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri, no julgamento de processos na 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, conforme quadro a seguir:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PROCESSOS	DATA
Bolívar Luis da Costa Vieira	0044618-27.2017.8.12.0001	4.11.2020
	0002646-72.2020.8.12.0001	6.11.2020
	0045537-79.2018.8.12.0001	13.11.2020
	0044879-55.2018.8.12.0001	20.11.2020
Moisés Casarotto	0016591-97.2018.8.12.0001	27.11.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3326/2020-PGJ, DE 19.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3121/2020-PGJ, de 30.9.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
24 e 25.10.2020	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
24 e 25.10.2020	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3327/2020-PGJ, DE 19.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 21.4.2019, a ser usufruído no dia 13.10.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3329/2020-PGJ, DE 19.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Glória de Dourados, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, no dia 13.10.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3330/2020-PGJ, DE 19.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos procedimentos extrajudiciais da Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, nos protocolos, nos atendimentos, nas visitas técnicas, no GAEP e em eventuais outros expedientes de natureza extrajudicial, a partir de 20.10.2020, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3308/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 129/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/0522/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3310/2020-PGJ, DE 16.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores ocupantes de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços nas unidades de exercício abaixo indicadas, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Thaís Mara Ferreira Domingos	Analista/Direito	2.10.2020
DESIGNAÇÃO: SETOR DE ANÁLISE E COMPRAS		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Marcio Lopes	Técnico II/Administrativa	2.10.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3311/2020-PGJ, DE 16.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor aposentado Edinor Santos da Cunha a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte e a redução do cálculo de contribuição para o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, MSPREV, a contar do mês de maio de 2020, nos termos do artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22.12.1988, e do artigo 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005, com a redação dada pela Lei nº 5.101, de 1º.12.2017 (Processo PGJ/10/1978/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-163/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 1º a 10.10.2020, referentes ao período aquisitivo 2001/2002, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-169/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 1º a 10.10.2020, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº e-55/2020/PGJ, DE 28.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa licença para tratamento de saúde, no dia 20.7.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-162/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Antonio Freitas de Almeida, 2 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 10 e 11.9.2020, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-164/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Arthur Dias Junior a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 4 a 13.11.2020, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-165/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 2 a 11.10.2020, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº e-166/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 28.9 a 7.10.2020, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-167/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 30.9 e 1º.10.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-168/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 28.9 a 7.10.2020, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-170/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 1º a 10.10.2020, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-171/2020/PGJ, DE 6.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco Lopes 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22.9 a 21.10.2020, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-175/2020/PGJ, DE 7.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 3 a 12.11.2020, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 60/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000423-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar, Jorge Luiz de Jesus - Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada Chácara Estância Mate Velho, localizada nesse município de Nioaque/MS, de propriedade de Jorge Luiz de Jesus, conforme Parecer nº 127/2016/NUGEO. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001861-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerentes: Ministério Público Estadual e o 3º Grupamento de Polícia Militar Ambiental - 15º BPMA - CPE - Requerida: Jaqueline Oshiro Pereira - Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na fazenda Panambi em Sidrolândia/MS em razão do auto de Infração IMASUL nº 16176 proveniente do 15º Batalhão da Polícia Militar Ambiental. **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000806-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Selvíria - Assunto: Apurar indigitada ilegalidade e consequente responsabilidade na contratação de "caminhão de lixo" por Edgar, irmão do Prefeito de Selvíria, que, segundo denúncia apócrifa, "está roubando descaradamente da prefeitura" com a aquiescência do alcaide. **4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000795-6** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Dourados e o Comércio de Bebidas Gran Dourados Ltda. - Assunto: Apurar notícia de eventual malversação de bem público localizado na Rua Joaquim Teixeira Alves, entre as Ruas Duque de Caxias e Humberto de Campos. **Advogados: Donato Menegheti, OAB/MS nº 4.159 e Elizandra Aparecida Cassaro de Andrade, OAB/MS nº 11.450-B.** **5) Inquérito Civil nº 06.2019.00001088-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério



Público Estadual - Requerido: Rodrigo Lopes Cobertt - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou inutilizá-la com infringência das normas de proteção, de acordo com o artigo 38, da Lei nº 9.605/98. **Advogado: Douglas Dadona Barreiros, OAB/MS nº 19.954. 6) Inquérito Civil nº 06.2019.00001799-8** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Beatriz Ângela Marchezi Franceschi Gonçalves e Dermival Franceschi Júnior - Assunto: Apurar informação sobre o desmatamento, possivelmente ilegal, de 4,04 ha, denominado ID 640 no arquivo digital, ocorrido em Inocência, MS. (Programa DNA Ambiental). **7) Inquérito Civil nº 06.2020.00000066-3** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual existência de dano ambiental no lote urbano Estada EW 15, nº 290 (lote 04 G48), cadastrado em nome de ASSCEMAPE/MS-PECMA, sob inscrição imobiliária nº 233550150048, com área total de 5.250 m². **8) Inquérito Civil nº 06.2020.00000230-6** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Consórcio Empreendedor do Shopping Campo Grande - Fase I - Assunto: apurar a existência de acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva no Shopping Campo Grande, seja pela presença de pessoa devidamente capacitada na Língua Brasileira de Sinais - Libras ou por mecanismos eletrônicos (virtual ou a distância). **Advogado: Douglas de Oliveira Santos, OAB/MS nº 14.666. 9) Inquérito Civil nº 06.2020.00000424-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Celso Luiz Garcia - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 3,08 hectares de área de Reserva Legal, Remanescente de Vegetação Nativa, Consolidada e Não Classificada na Fazenda Estância Agha (CAR-MS 0050574), no município de Sidrolândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 690/19/Nugeo - Programa DNA Ambiental (2016 – 2017). **10) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000504-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Mundo Novo - Requerente Ministério Público Estadual - Requerido: Edvar Nunes de Oliveira - Assunto: Apurar a falta de energia elétrica, no bairro Vila Nova, em Mundo Novo/MS. **11) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000561-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível dano ambiental na fazenda Piraputanga, situada no município de Terenos-MS, consistente na ausência de local adequado para armazenamento de embalagens vazias de agrotóxicos.

Campo Grande, 19 de outubro de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN  
Procurador de Justiça  
Secretário do Conselho Superior do MP

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/PGJ/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/PGJ/2020 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.248 DE 20 DE JULHO DE 2020 (PÁGINA 13) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/3707/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **A. R. DE OLIVEIRA - DIVISÓRIAS**, representada por **Adiel Rodrigues de Oliveira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação, para atender este Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Capital e Interior), conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE PREVISTA	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
1.1	Instalação de persiana, conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS na cidade de Campo Grande/MS, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	150	30,00
1.2	Persiana, conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Aguivan	Metro quadrado	400	174,00
2.1	Instalação de persiana, conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Brasilândia ou Bataguassu, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	100	89,00
2.2	Persiana, conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Aguivan	Metro quadrado	250	159,00
5.1	Instalação de persiana, conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Caarapó, Naviraí, Itaquiraí, Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo, Sete Quedas ou Amambai, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	100	80,00
5.2	Persiana, conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Aguivan	Metro quadrado	250	178,00
7.1	Instalação de persiana, conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Cassilândia, Paranaíba, Inocência ou Aparecida do Taboado, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	50	84,00
7.2	Persiana, conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Aguivan	Metro quadrado	150	200,00
9.1	Instalação de persiana, conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Terenos, Dois Irmãos, Aquidauana, Anastácio, Miranda ou Corumbá, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	60	119,00
9.2	Persiana, conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Aguivan	Metro quadrado	150	225,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 13 de julho de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****TRÊS LAGOAS****EDITAL N. 0013/2020/04PJ/TLS**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do PP - Procedimento Preparatório abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

PP - Procedimento Preparatório 06.2020.00000972-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar a ausência de profissional Endocrinologista Pediátrico na macrorregião de saúde de Três Lagoas-MS, bem como as medidas administrativas necessárias para diminuir a fila de espera em número de inscritos e em tempo de espera.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos.

Três Lagoas/MS, 06 de outubro de 2020.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0014/2020/04PJ/TLS**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do PP - Procedimento Preparatório abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

PP - Procedimento Preparatório 06.2020.00000973-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Três Lagoas

Assunto: Apuração de possível risco de suspensão das cirurgias cesarianas eletivas no Hospital Nossa Senhora Auxiliadora.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos.

Três Lagoas/MS, 06 de outubro de 2020.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0017/2020/04PJ/TLS**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil 06.2020.00001160-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar as causas da insuficiência de vagas na Educação Infantil em Três Lagoas-MS, bem como empreender medidas colaborativas para a superação do problema

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos.

Três Lagoas/MS, 14 de outubro de 2020.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**BELA VISTA**

---

**RECOMENDAÇÃO 02/2020/17 ZE/BVT**

*Recomenda aos Municípios de Caracol/MS e Bela Vista/MS que adotem as providências necessárias para evitar, em todo território municipal, a realização de minicomícios, passeatas ou carreatas e/ou caminhadas presenciais e demais atos que ensejam aglomeração de pessoas, no período de campanha eleitoral, e dá outras providências, visando prevenir a transmissão e o contágio da população pelo Novo Coronavírus (COVID-19).*

Procedimento Administrativo: 09.2020.00003410-9

Requerente: Ministério Público Eleitoral

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor Eleitoral da 17ª Zona Eleitoral de Mato Grosso do Sul – Bela Vista e Caracol, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III, VI e IX, da Constituição Federal de 1988; artigo 26, inciso I, e alíneas, da Lei Federal nº 8.625/93; o artigo 27, inciso I, da Lei Complementar nº 75/94 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

CONSIDERANDO que, a teor do art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal 8.625/93, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP), cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes estaduais ou municipais e, no exercício dessas atribuições, promover Ações Cíveis Públicas, Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos, Recomendações dirigidas a órgãos e entidades, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso II, da CRFB de 1988, apregoa como função institucional do Ministério Público: "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia" (grifou-se);

CONSIDERANDO que conforme preceitua o art. 196, da CRFB de 1988: "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, declarou situação de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), momento em que uma doença se espalha por diversos continentes com transmissão sustentada entre humanos;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, nos termos da Portaria nº 188/2020, editada com base no Decreto Federal nº 7.616/2011, declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO que o atual cenário vivenciado em razão da pandemia ocasionada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) influenciou, diretamente, no modo de funcionamento das eleições municipais de 2020;

CONSIDERANDO que, diante da tamanha influência da pandemia nas eleições municipais do corrente ano, foi imprescindível a edição da Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, alternado não só as datas do primeiro e segundo turno, como inúmeros prazos eleitorais;

CONSIDERANDO que o no Boletim Epidemiológico nº 07, do dia 06/04/2020, o Ministério da Saúde mencionou, apresentou a seguinte conclusão: "o Ministério da Saúde avalia que as estratégias de distanciamento social adotadas pelos Estados e Municípios, contribuem para evitar o colapso dos sistemas locais de saúde, como vem sendo observado em países desenvolvidos como EUA, Itália, Espanha, China e recentemente no Equador. Ao tempo, essas medidas temporárias, permitem aos gestores tempo relativo para estruturação dos serviços de atenção à saúde da população, com consequente proteção do Sistema Único de Saúde. Avalia-se que as Unidades da Federação que implementaram medidas de distanciamento social ampliado devem manter essas medidas até que o suprimento de





*equipamentos (leitos, EPI, respiradores e testes laboratoriais) e equipes de saúde (médicos, enfermeiros, demais profissionais de saúde e outros) estejam disponíveis em quantitativo suficiente, de forma a promover, com segurança, a transição para a estratégia de distanciamento social seletivo”;*

CONSIDERANDO que a partir das diretrizes nacionais, inúmeras medidas de combate ao contágio pelo COVID-19 foram implementadas em âmbito nacional, estadual e municipal;

CONSIDERANDO a Nota Técnica Conjunta nº 1/2020, elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público Federal, que trata da atuação dos membros do Ministério Público brasileiro, em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19), em que se evidencia “a necessidade de atuação conjunta, interinstitucional, e voltada à atuação preventiva, extrajudicial e resolutiva, em face dos riscos crescentes da epidemia instalar-se no território nacional”;

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Legislativo nº 620, de 20 de março de 2020, reconheceu a ocorrência de estado de calamidade pública, assim como dispôs sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território estadual, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO o teor na Nota de Instrução Normativa nº 02/2020, de 19 de março de 2020, expedida pelo Centro de Operações de Emergência – COE/MS da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul – MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19)<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que, em âmbito municipal, existem decretos de norma jurídica vigente determinando medidas excepcionais para o combate ao contágio pelo COVID-19;

CONSIDERANDO a potencialidade de contágio comunitário pelo COVID-19 com a realização de eventos que promovam aglomeração de pessoas, tais como, comícios presenciais, minicomícios, passeatas e carreatas, tal como fora demonstrado pela experiência recente dos Estados Unidos da América<sup>2</sup>, durante a campanha para eleições presidenciais;

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de medidas excepcionais com a finalidade de evitar que o número de contaminados pelo COVID-19 aumente, gerando o colapso aos serviços de saúde disponibilizados atualmente a esta localidade;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 104, de 13 de outubro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus – COVID-19 e dá outras providências, regulamentando a matéria no âmbito do Município de Caracol/MS;

CONSIDERANDO que o decreto municipal supra do Município de Caracol flexibilizou as concessões de licenças e alvarás para realização de eventos privados, casas noturnas e estabelecimentos congêneres, fixando algumas medidas de prevenção contra o transmissão do Coronavírus, mas, por outro lado, manteve a suspensão, por tempo indeterminado, do funcionamento de todas as escolas públicas da Rede Municipal de ensino e biblioteca, sem tratar especificamente de comícios, passeatas, carreatas ou qualquer outro ato presencial que enseje aglomeração de pessoas em campanhas eleitorais;

CONSIDERANDO que, conforme dados extraídos do Boletim Epidemiológico COVID-19 – 2020.10.16<sup>3</sup>, divulgado oficialmente pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o avanço da doença continua intenso no Estado. Até o momento, já foram registradas 1.478 mortes; segundo dados oficiais, 76.001 casos da doença foram confirmados em Mato Grosso do Sul, sendo possível constatar que o número de municípios com alto grau de risco (bandeira vermelha) dobrou em relação ao último mapa;

<sup>1</sup> Acesso: <http://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/NOTA-DE-INSTRU%C3%A7%C3%A3O-SER-COE-N%C2%BA02-pdf.pdf>

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/09/casos-de-coronavirus-disparam-em-oklahoma-apos-comicio-de-trump.ghtml>

<https://oglobo.globo.com/mundo/casos-de-covid-19-disparam-em-tulsa-apos-comicio-de-trump-24523164>

<sup>3</sup> Acesso: <https://www.coronavirus.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Boletim-Epidemiologico-COVID-19-2020.10.16.pdf>





CONSIDERANDO que, na ausência de vacina ou tratamentos comprovadamente eficazes no combate à doença, as medidas profiláticas e preventivas – como uso de máscaras, isolamento e distanciamento sociais – possuem papel de excelência neste contexto pandêmico, evitando internações, mortes, entre outras lesividades, afora o desmantelamento do orçamento público já tão comprometido com tal situação e outras políticas públicas;

CONSIDERANDO que a democracia brasileira está na iminência de pleito eleitoral que elegerá os próximos representantes do Executivo e Legislativo municipais, sendo que eventos dessa natureza e análogos, na presente época, tendem a gerar intensa movimentação e ajuntamento de pessoas nas vias públicas, o que certamente contribui para o descumprimento do decreto municipal e das demais orientações sanitárias para contenção da pandemia no estado;

CONSIDERANDO o ofício encaminhado ao Comando da Polícia Militar de Caracol, pela Coligação Continuar Avançando, visando comunicar a realização de Carreata, no dia 17/10/2020, no horário das 15h00min às 21h00min (com 09 horas de duração), em trecho definido no referido expediente, no Município de Caracol;

**RESOLVE:**

RECOMENDAR às Coligações e aos Partidos que participarão das Eleições Municipais do ano de 2020 nos municípios de Caracol e Bela Vista, representados pelos seus respectivos diretórios, bem como às pessoas físicas ou jurídicas no que couber, para atendimento em prazo imediato:

i. Que evitem, em todo território municipal, a realização de minicomícios, passeatas ou carreatas e/ou caminhadas presenciais e demais atos que ensejam aglomeração de pessoas, no período de campanha eleitoral, isto como medida de prevenção do contágio comunitário de pessoas pelo Novo Coronavírus (Sars-Covid-19);

i. Que, em caso de optarem pela realização de carreatas, estas sejam previamente comunicadas aos respectivos comandos da Polícia Militar dos municípios em questão, ao Cartório da 17ª Zona Eleitoral de Mato Grosso do Sul e ao Ministério Público Eleitoral, devendo ter duração máxima de 02 horas para cada partido/coligação, assim como serem necessariamente realizadas no modelo *DRIVE-IN*<sup>4</sup>, restando vedada a saída de pessoas de seus veículos e qualquer tipo de aglomeração em desrespeito às regras sanitárias de prevenção ao contágio da COVID-19;

i. Que realizem suas reuniões em locais públicos ou particulares, em toda extensão territorial dos Municípios de Bela Vista e Caracol, com as seguintes restrições, como medidas de prevenção do contágio pelo COVID-19: a) limitação do quantitativo de participantes ao número máximo de 30 (trinta) pessoas, excetuando-se os integrantes do partido ou coligação, que poderão chegar ao número máximo de 05 (cinco) pessoas; b) utilização do espaçamento entre pessoas indicado nos decretos municipais das respectivas municipalidades; c) utilização de máscara e álcool-gel por todos os participantes; d) comunicação prévia à Vigilância Sanitária, com, no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, a fim de que recebam orientação prévia ou inspeção;

Remeta-se a presente RECOMENDAÇÃO às Coligações e aos Partidos que participarão das Eleições Municipais do ano de 2020 nos municípios de Caracol e Bela Vista, para adoção das devidas providências, ao Comando da Polícia Militar dos referidos municípios, à Delegacia de Polícia Civil instalada nos respectivos municípios, à Exma. Juíza Eleitoral da 17ª Zona Eleitoral de Mato Grosso do Sul – Bela Vista e Caracol, às Coordenação da Vigilância Sanitária dos municípios de Caracol e Bela Vista, para conhecimento e fiscalização pertinente, como também para: a) as rádios difusoras dos municípios em questão, para divulgação e conhecimento da população em geral, conferindo a devida publicidade; b) o Centro de Apoio Operacional Eleitoral e ao Exmo. Procurador Regional Eleitoral.

Confere-se o prazo de 48 horas às Coligações e aos Partidos que participarão das Eleições Municipais do ano de 2020 nos municípios de Caracol e Bela Vista para encaminhamento de resposta à presente recomendação, que deverão discriminar as providências adotadas, comunicando-as a esta Promotoria de Justiça, por intermédio do *e-mail* [pjbelavista@mpms.mp.br](mailto:pjbelavista@mpms.mp.br).

Ressalte-se, por cabo, que o descumprimento injustificado desta recomendação e/ou a falta de resposta à requisição ministerial poderá(ão) acarretar a adoção de todas as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

4(...) 2. Estabelecimento comercial ou serviço a que os clientes têm acesso ou em que são atendidos sem terem de sair da sua própria viatura. "drive-in", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/drive-in> [consultado em 16-10-2020].



Às providências para a devida publicação no Diário do MPMS.

Bela Vista, 16 de outubro de 2020.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**  
Promotor de Justiça

---

**FÁTIMA DO SUL**

---

**EDITAL Nº 010/2020**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000131-8 em Inquérito Civil nº 06.2020.00000131-8, que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000131-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jateí-MS

Objeto: Apurar eventual fornecimento inadequado de transporte escolar aos alunos da zona rural do Município de Jateí/MS.

Fátima do Sul/MS, 16 de outubro de 2020.

**LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL**  
Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**NAVIRAÍ**

---

**EDITAL Nº 0034/2020/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro e no seguinte endereço eletrônico: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003161-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Márcio André Scarlassara

Assunto: Fiscalização das cláusulas constantes no Termo de Acordo Extrajudicial firmado nos autos 0900005-36.2019.8.12.0029.

Naviraí, 15 de outubro de 2020

**DANIEL PÍVARO STADNIKY**  
Promotor de Justiça